

Resumo de notícias econômicas

20 de Agosto de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 158

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 20 DE AGOSTO DE 2021

Variante e China podem afetar economia global

O Estado de S. Paulo

Economistas falam em desaceleração do crescimento mundial com o aumento de casos relacionados à variante Delta e a decisão do governo chinês de cortar medidas para aquecer o mercado interno. Quadro deve atingir o Brasil. O avanço da variante Delta e a desaceleração da China reduziram o otimismo dos economistas em relação à recuperação da atividade global neste ano. A nova cepa da covid-19 leva a China a fechar cidades, parte da população nos Estados Unidos adota medidas de distanciamento social por conta própria, freando a retomada. Para completar, o governo chinês vem retirando estímulos econômicos – o que respinga por aqui, dado que os preços das commodities, como o minério de ferro, acabam recuando.

Por enquanto, o FMI prevê um crescimento de 6% para a economia global em 2021 – após uma retração de 3,3% no ano passado. Economistas, porém, afirmam que pode haver uma redução na estimativa para este ano. “Pelo que estamos vendo nos EUA e na China, o PIB global pode caminhar para algo entre 5% e 5,5%”, diz o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. O estrategista global da XP, Alberto Bernal, destaca que o efeito da variante Delta na economia americana está sendo mais forte do que se esperava. Um dos indicativos, segundo ele, é a queda de 1,1% nas vendas do varejo em julho. “As pessoas estão vendo nos noticiários que os casos de covid estão subindo e estão ficando mais cautelosas. Elas estão indo menos a shoppings, por exemplo”, diz Bernal, que vive em Nova York. Pela primeira vez desde março, os EUA registraram mais de mil mortes por covid em um único dia.

Bernal destaca que a Delta é, hoje, o maior risco para a economia global, ainda que, em um primeiro momento, pareça que há muita preocupação com a retirada de estímulos monetários por parte do Federal Reserve (o banco central americano). “O

maior risco é a covid. Se o vírus se torna mais agressivo, o mundo pode voltar ao processo de maio de 2020.”

Na China, a variante também causa impactos. Apesar de o número de casos ser relativamente baixo, o país adotou uma postura de tolerância zero em relação ao vírus, e cidades como Zhouzhou anunciaram lockdowns temporários. Na semana passada, o porto de Ningbo-Zhoushan fechou um de seus terminais para tentar controlar o contágio.

Para o estrategista do BTG Pactual, João Scandiuzzi, a China traz mais inquietação devido à retirada de estímulos econômicos desde janeiro. “O governo passou a apertar o crescimento do crédito. A recuperação no consumo ficou incompleta. Por isso, está havendo uma desaceleração.” Os dados da economia chinesa de julho refletem essa realidade. As vendas do varejo, que haviam crescido 12,1% em junho, avançaram 8,5% no mês passado – o esperado era 10,9%. No caso da produção industrial, a alta havia sido de 8,3% em junho, a estimativa era que chegaria a 7,9% em julho, mas o observado ficou em 6,4%. O investimento acumulado em 12 meses também ficou aquém do esperado. Cresceu 10,3% em julho, quando as projeções indicavam alta de 11,3%. O economista da Wealth High Governance (WHG), Fernando Fenolio, lembra que a China vai sediar os Jogos Olímpicos de Inverno em fevereiro de 2022, o que pode levar o país a ser mais cauteloso em relação à covid. “A economia lá pode ficar se arrastando.”

A desaceleração da China deve causar prejuízos ao Brasil sobretudo porque pode derrubar o preço das commodities. Ontem, o mercado já observou recuo nos preços do petróleo e do minério de ferro. “Um freio no crescimento da China sempre é relevante para o Brasil. O País perde em termos de troca e na balança comercial”, diz Fenolio.

O superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco, Fernando Gonçalves, destaca que a variante Delta pode interferir na economia brasileira ao interromper a logística internacional e reduzir a oferta de insumos. Desde o começo do ano, por exemplo, a falta de componentes no mercado global tem paralisado o setor automotivo. “Apesar de a demanda por carros existir, a produção não cresce por falta de peças. Isso está atrapalhando a retomada.”

No Brasil, dólar vai a R\$ 5,42 e commodities mexem com Bolsa

Broadcast

Sob o mau humor generalizado que atingiu os principais ativos do exterior, o mercado brasileiro teve um dia de turbulência e de contrastes. Houve uma grande pressão nas ações de commodities, em reação à queda de 3% no petróleo e superior a 13% no minério de ferro negociado na China – agora no menor nível desde de novembro. Apesar da queda nas matérias-primas, o Ibovespa da Bolsa brasileira – fechou em alta. Mas o dólar também subiu, chegou a bater em R\$ 5,45 e fechou cotado a R\$ 5,4228, um avanço de 0,89%.

Foi com o apoio de ações de outros setores que a Bolsa conseguiu zerar as perdas. Na mínima do dia, o Ibovespa caiu aos 114.801,00 pontos, menor nível desde 29 de março. O índice fechou o dia com alta de 0,45%, aos 117.164,49 pontos. Passou a acumular perda de 3,32% na semana, de 3,81% em agosto e de 1,56% no ano. Com a queda de commodities, Vale ON despencou 5,71%, segunda maior perda do índice, enquanto CSN caiu 5,78% e Usiminas, 5,80%. As ações de Petrobras ON e PN foram afetadas e caíram 0,95% e 0,56%, respectivamente.

Os contratos futuros de cobre fecharam em forte baixa, em mais um dia marcado pela aversão ao risco, reforçada após a ata do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) ter sinalizado a retirada de parte dos estímulos à economia já neste ano. A intenção dos dirigentes é começar a diminuir o programa de compra de títulos públicos.

“Ações como as de Vale, Gerdau e Usiminas tendem a continuar voláteis, com a possibilidade de o minério continuar caindo, mas setores descontados, como bancos e a própria Petrobras, podem recompor, assim como varejo”, diz Viviane Vieira, operadora de renda variável da B.Side Investimentos, escritório ligado ao BTG Pactual.

CVC teve alta de 7,91%; Locaweb, de 7,79%; Totvs, de 5,78%; e Localiza, de 5,31%. As ações do setor financeiro, por serem papéis de maior liquidez e com potencial de recuperação maior, num cenário de aumento de juro, contribuíram para mitigar o recuo das ações vinculadas a commodities, com Banco do Brasil ON subindo 0,34% e Santander Unit, 0,35%.

A recuperação de Nova York foi fundamental para o desempenho da Bolsa brasileira: por lá, apenas Dow Jones fechou em queda, enquanto as Bolsas de Ásia e Europa registraram quedas fortes. No exterior, o índice DXY, que mede a força do dólar ante uma cesta de outras divisas, renovou máximas. Segundo a Western Union, o covid-19, sinais de perda de fôlego da China e a incerteza geopolítica no Afeganistão reforçam a busca pela moeda. Já a Capital Economics diz que a desaceleração da China deve limitar os ganhos nos mercados emergentes.

O risco Brasil também preocupa. Os temores com os riscos fiscal e político permearam a pauta da segunda reunião de economistas do mercado com o Banco Central na manhã de ontem. Diante do cenário pressionado, os analistas relataram à autoridade monetária preocupação com a inflação e viés de baixa para a atividade de 2022.

“Foi o segundo pregão com forte volatilidade e bastante alta no mercado de dólar, que segue puxado também pelo embate entre os Poderes e pelo acompanhamento do fiscal, com possível risco, que o mercado vê, de modificações ‘criativas’ em cima do teto de gastos”, diz Rafael Ramos, especialista em câmbio da Valor Investimentos.

Magalu lança maquininhas e conta para lojista

Broadcast

O Magazine Luiza lançou ontem maquininhas para comerciantes e uma conta para pessoas jurídicas a lojistas de sua plataforma de marketplace que atinjam determinados patamares de crescimento. Segundo o diretor de fintech da companhia, Robson Dantas, a estratégia visa a trazer novos lojistas virtuais para a plataforma da varejista.

O anúncio ocorre um dia depois de o gigante chinês Aliexpress abrir sua plataforma para lojistas brasileiros, com taxas de 5% a 8%, e de a Via reduzir suas taxas para lojistas de menor porte. O valor da maquininha do Magalu vai de R \$19,90 a R \$49,90.

Já a conta para pessoa jurídica não tem custo para o lojista. A ideia é, no futuro, oferecer um cartão de crédito para essas empresas.

Venda de ativos de estatais ultrapassa R\$ 220 bilhões

REUTERS

O programa de venda de ativos da Petrobras ultrapassou, em julho, com a alienação da participação restante na BR Distribuidora, a marca de R\$ 100 bilhões. Do início de 2019 até agora, o montante é de cerca de R\$ 101 bilhões. A empresa de participações acionárias do BNDES, a BNDESPAR, está quase lá, com R\$ 91,7 bilhões, mas desde maio não registrou nenhum novo desinvestimento. A Caixa, com R\$ 25,2 bilhões em vendas até agosto, e o Banco do Brasil, com R\$ 6,3 bilhões, completam o grupo das grandes estatais em temporada de liquidação de patrimônio. Os dados, reunidos pela Secretaria de Desestatização do Ministério da Economia, impressionam e despertam a atenção sobre como estarão essas estatais após o expurgo. » Dois motes. Guardadas as particularidades de cada uma, o objetivo do desinvestimento gira em torno de priorizar a atividade da empresa em uma finalidade principal, ou “core business”, na linguagem negocial. O efeito paralelo comum dessas operações é recompor o erário.

Como acionista controlador da Petrobras e do BB – estatais de economia mista –, o Tesouro é beneficiado com dividendos, além do Imposto de Renda incidente nessas vendas. No caso de BNDES e Caixa, a proporção do ganho é maior, pois o Tesouro é acionista integral de ambos. Sem contar que, com o caixa fortalecido pelas vendas, podem antecipar pagamentos de aportes feitos pelo Tesouro. O balanço de dois anos supera os R\$ 220 bilhões.

IPO no mercado de Internet

Broadcast

A provedora de internet Vero, controlada pela gestora Vinci Partners, vai protocolar seu IPO. A pretensão é levantar mais de R\$ 1 bilhão com a operação, e a expectativa é que o preço da ação seja conhecido em setembro. » Modelo. A oferta será primária (quando os recursos dos investidores vão para o caixa da empresa) e secundária (dinheiro vai para os acionistas que venderam os papéis, no caso a própria Vinci). Mas o lote principal será todo primário. Só os suplementares serão secundários.

Nesse desenho, a Vinci só vai vender uma fatia se houver demanda adicional. Com isso, o grupo quer deixar claro quanto será de fato aplicado na empresa. Os recursos servirão para sustentar o crescimento da Vero, por meio de expansão das próprias redes ou aquisições.

Desistência de IPO

Broadcast

Com a alta volatilidade nos mercados – que inclui a percepção de maior risco fiscal e político no Brasil e o geopolítico global –, a Vittia, de insumos agrícolas, decidiu postergar seu IPO. A transação já tinha sido remodelada e o preço da ação seria conhecido ontem. A empresa esperava chegar à Bolsa avaliada em R\$ 1,5 bilhão. A ideia agora é tentar novamente dentro de algumas semanas, ainda utilizando os dados financeiros do segundo trimestre.

Expansão do Porto de Açú (RJ)

Broadcast

O Porto de Açú, no norte do Estado do Rio de Janeiro, está fazendo estudos com a Embrapa Territorial para atrair fabricantes de celulose a seu parque industrial, em fase de formação. A ideia é identificar áreas próximas ao porto próprias para a silvicultura. O porto mantém conversas com empresas que podem ter interesse em se instalar na área industrial, que ocupa 60 quilômetros quadrados. Os estudos da Embrapa, que pretendem entender a viabilidade do projeto, devem levar 120 dias.

Embora o porto seja responsável pelo escoamento de 25% das exportações de petróleo, o projeto de industrialização do complexo de Porto de Açú quer ter como base projetos sustentáveis, de baixa emissão de carbono e geração de energia limpa. Um memorando de entendimento foi assinado com a australiana Fortescue para implantação de **uma planta de hidrogênio verde**. Em janeiro, foi com a Equinor, para avaliação do desenvolvimento de uma unidade de geração solar fotovoltaica. O Porto de Açú foi assumido pela Prumo Logística, após a quebra de Eike Batista, criador do

complexo. Está em operação desde 2014 e já demandou investimentos de R\$ 18 bilhões. Para os próximos 10 anos, estão previstos R\$ 22 bilhões em aportes.

O impacto do vírus sobre o capital humano

O Estado de S. Paulo

A perda de mais de 570 mil brasileiros por covid-19 é inestimável. Para suas famílias, além da dor do luto, há o impacto sobre a renda. Muitas perderam o seu principal provedor e entraram na faixa de pobreza. Pelas estimativas do IBRE/FGV, a perda de renda das famílias com parentes vitimados pelo vírus passa de R\$ 14,3 bilhões por ano. O cálculo considera a renda do trabalho das vítimas em idade produtiva somada à de aposentados. Diferentemente das receitas perdidas por desemprego temporário, estas foram irremediavelmente perdidas. Ainda que o levantamento não faça estimativas diferenciadas por faixa de renda, é certo que o impacto é muito maior para os mais pobres.

Morando em piores condições sanitárias, com mais dificuldade de trabalhar em casa e menos acesso a bons tratamentos hospitalares, os pobres apresentaram taxas de contágio e mortalidade proporcionalmente maiores, como maiores foram entre eles o desemprego e as reduções de salário ou de rendas do mercado informal. A recuperação dos postos de trabalho menos qualificados tomará mais tempo, e as famílias pobres, que consomem proporcionalmente mais com necessidades básicas, como moradia e alimentação, foram mais impactadas pela inflação.

Além disso, a perda prematura de aposentados afeta especialmente as famílias pobres, que muitas vezes têm na aposentadoria dos idosos uma importante fonte de renda. Tudo isso evidencia a importância do auxílio emergencial e do fortalecimento de programas sociais, como o Bolsa Família. Mas mecanismos de transferência de renda não bastarão para repor a perda de capital humano. “Todas essas pessoas vitimadas tinham um certo conhecimento, certas habilidades adquiridas ao longo da vida, que utilizando e transmitindo para colegas poderiam, por muito tempo ainda, contribuir para gerar uma renda para si, para eventuais dependentes e, portanto, para o País”, dizem os pesquisadores.

Como aponta Claudio Considera, do Ibre, “tem tanta gente desempregada, mas essas pessoas não necessariamente serão capazes de substituir no mercado de trabalho aqueles que morreram”. A reposição da massa de habilidades e conhecimentos perdidos dependerá de bons programas de educação e capacitação.

Risco Brasil pode pôr fim à ‘festa dos IPOS’

Broadcast

A percepção de uma elevação do risco no Brasil, que vem afetando o desempenho do Ibovespa – o principal índice da Bolsa brasileira, a B3 – já começou a fazer as primeiras vítimas entre as candidatas a IPO. A Vittia, empresa do setor de agricultura, estava pronta para ir a mercado, mas decidiu aguardar. O Banco de Brasília (BRB), que planejava sua oferta para setembro, também vai esperar um contexto mais favorável. A leitura é de que as mais de 20 empresas com pedido de registro na CVM, que já começaram a testar o apetite do mercado, devem aguardar um cenário de menos volátil e de menor aversão ao risco para lançar suas operações. Isso vale tanto para as estreantes como ofertas subsequentes de ações (follow-on).

A fila de candidatas para abrir capital em outubro e novembro é grande e que as companhias continuarão fazendo o pedido de registro ao regulador para estarem preparadas, mas que somente irão a mercado para valer se a volatilidade cair. Entre as candidatas para uma abertura de capital estão a fabricante de alimentos Dori Alimentos, a rede de academias Bluefit, a Ammo Varejo (dona da Mmartan) e a rede de restaurantes Madero, entre outras. A fabricante de meias Lupo protocolou pedido na CVM para chegar à B3 em breve.

O ano tem sido positivo para as ofertas de ações no Brasil, com o volume financeiro das emissões superando os R\$ 120 bilhões já batendo o recorde de 2020. Até aqui, as ofertas vinham conseguindo driblar a cautela em relação à pandemia, estimuladas pelos juros em um dígito.

No entanto, além das pressões externas – como a situação do Afeganistão, que eleva a pressão sobre o presidente dos EUA, Joe Biden –, o risco Brasil deu um salto, o que tem afetado as expectativas do mercado em geral e reduzido o preço de todos os ativos.

Além de o Ibovespa já ter zerado a valorização do ano e o dólar ter voltado para a faixa de R\$ 5,30, o Brasil enfrenta um aumento das incertezas fiscais. Há ainda a leitura de que o aperto monetário pelo Banco Central poderá ser maior do que o inicialmente esperado, pois a inflação está em alta. A prova disso é que já há títulos do governo prefixados sendo negociados no Tesouro Direto com uma rentabilidade em dois dígitos.

Além disso, a tensão política está crescendo, com o pano de fundo da posição cada vez mais conflituosa do presidente Jair Bolsonaro com o STF e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Bolsonaro afirmou, por exemplo, que pediria ao Senado a abertura de um processo de impeachment contra os ministros do STF Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Para o sócio e gestor da gestora JGP, Marcio Correia, o mercado “perdeu a paciência” com a confusão macropolítica. “Ninguém sabe o que vai acontecer com os auxílios que o governo está desenhando para a população, com os precatórios que tiveram as regras alteradas e com a reforma tributária”, resume. Todos esses fatores tendem a contribuir para um desequilíbrio nas contas do governo. Sinal, para o mercado, de que é hora de pôr o pé no freio. Outro fator que pesa para atrapalhar novas ofertas de ações é o desempenho negativo de muitas empresas que recentemente abriram o capital. “O mercado está desafiador para novas ofertas de ações, principalmente para as pequenas e emissões menores, dado o que estamos vendo no cenário interno e externo”.

A rede médica especializada no tratamento de câncer Oncoclínicas, que estreou na B3 há um pouco mais de uma semana, já acumula queda de 18%, enquanto o brechó online Enjoei, que abriu capital o fim do ano passado, perdeu 40% de valor desde então. O Mosaico, dono do site Buscapé, já caiu 44% desde seu primeiro pregão. As empresas do setor de tecnologia estão sendo mais afetadas com os investidores preferindo retornar para nomes de empresas mais maduras neste momento de mau humor. A visão negativa é corroborada pelo analista da Eleven Financial, Raphael Figueiredo, já que a queda nos preços das empresas que recém chegaram à B3 eleva a

pressão sobre as candidatas a novas emissões. “Existe uma competição por liquidez do mercado, e fica difícil lançar as ofertas.”

Má resposta à covid elevou custo para o Brasil, diz Ipea

O Estado de S. Paulo

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) indica que países com menor êxito no controle da covid-19, como o Brasil, sofreram as maiores perdas da atividade e, por isso, precisaram lançar mão de pacotes fiscais mais generosos. O País teve uma queda de 4,1% no PIB em 2020. O tombo só não foi maior porque houve injeção de R\$ 524 bilhões.

O Brasil está entre as nações em que a correlação apontada pelo Ipea fica clara. O País registrou um elevado número de mortes pela doença e uma queda de 4,1% no PIB ano passado – tombo que não foi maior porque houve injeção de R\$ 524 bilhões em despesas adicionais só em 2020. O debate sobre a relação entre o combate à doença e seus efeitos sobre a atividade econômica esteve presente desde o início da pandemia, por causa da recomendação de especialistas em saúde pela adoção de medidas de distanciamento social para frear o avanço do vírus. No Brasil, a discussão ganhou contornos políticos. O presidente Bolsonaro, com frequência, tratava o tema com um dilema.

O estudo do Ipea, elaborado pelo economista Rodrigo Orair, que já foi diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, fornece indícios de que, na crise atual, as intervenções para reduzir a disseminação da covid19 também ajudaram a mitigar as consequências econômicas e sociais da crise. O texto foi publicado na mais recente edição do Boletim de Políticas Sociais do órgão.

“Aqueles que não conseguiram controlar a crise sanitária tiveram muitas mortes, tiveram mais perdas econômicas e sociais. Na medida em que os danos econômicos e sociais são maiores, eu preciso gastar mais para mitigar esses danos econômicos e sociais. Quem fez a lição de casa, fez a estratégia de achatamento (da curva de casos e mortes) bem feita, informou a população, tomou medidas de precaução, conseguiu evitar a crise sanitária, evitou os danos econômicos e sai com o sistema econômico social mais resiliente”, afirma Orair.

Segundo ele, o Brasil teve uma das crises mais graves, considerando o número de mortes, a perda do PIB e o tamanho do pacote fiscal. Até o início de março, o País tinha uma média de 1.210 mortes por milhão, uma das maiores em um conjunto de 30 países analisados, e uma perda relativa de 6,1 pontos percentuais entre o crescimento esperado antes da pandemia e o que foi efetivamente observado. O pacote fiscal, considerando todas as medidas (inclusive de crédito), ficou em 14,5% do PIB, comparável ao adotado em países avançados.

Além de ter se mostrado “inefcaz” no combate à pandemia, o Brasil parece estar atrás da curva quando se trata de discutir a recuperação no pós-crise. Orair recorre a um esquema adotado pela OCDE para ilustrar as “etapas” de enfrentamento e resposta da política fiscal à covid-19. Elas envolvem ações emergenciais, de controle da emergência sanitária e dos desdobramentos da crise, e de pós-crise, com estímulo fiscal para retomar o crescimento e, posteriormente, medidas de ajuste nas contas. “Inúmeros países já anunciaram pacotes de estímulo fiscal para favorecer a recuperação econômica e o alcance de objetivos estratégicos de médio e longo prazos, enquanto o Brasil parece apostar na estratégia de que será possível superar a crise social e econômica prescindindo desse tipo de pacote fiscal”, diz o texto.

Segundo Orair, embora o governo programe R\$ 127 bilhões em gastos extras em 2021, a solução para este ano foi “de improviso” após o governo ter “apostado” no fim da pandemia.

Câmara aprova projeto para energia solar

O Estado de S. Paulo

O texto do projeto que estanca o crescimento de subsídios para consumidores que produzem a própria energia, a chamada geração distribuída, foi aprovado por 476 votos favoráveis e 3 votos contra na Câmara. A proposta mantém a isenção de encargos para quem já possui painéis solares até 2045. Já para os novos, a cobrança das taxas será gradativa, a partir de 2023, e até 2029 todos os encargos deverão ser integralmente pagos.

Nesse período, os consumidores cativos – ou seja, atendidos pelas distribuidoras – vão bancar o custo por meio das contas de luz. Os grandes

consumidores, que compram energia no mercado livre, não terão de participar desse rateio.

A votação na Câmara foi possível após o deputado Lafayette de Andrada (Republicanosmg) apresentar uma proposta de “consenso”, aceita pelas entidades do setor, Ministério de Minas e Energia e a Câmara. Nos últimos meses, um embate entre as distribuidoras e associações do setor impediu que o texto fosse votado. Apesar de entrar na pauta mais de 20 vezes, o texto nunca chegou a ser analisado. A medida teve apoio de todos os partidos e o projeto segue agora para o Senado.

“Nós iniciamos com um debate acirrado, com dois polos se confrontando sobre a proteção do consumidor cativo e a proteção dos investidores em energia solar e chegamos agora a um texto de consenso, assinado por todas as entidades representativas tanto das distribuidoras, como das energias solar”, afirmou o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos.

O projeto prevê que consumidores que solicitarem acesso à rede das distribuidoras até 12 meses após a publicação da nova legislação também serão beneficiados com a isenção de encargos e taxas até 2045. Já para os novos consumidores, o repasse dos encargos começa em 15% em 2023 e assim gradativamente até atingir 100% em 2029. Os custos serão suportados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial usado para bancar subsídios para diversos segmentos, como irrigadores e empresas de água e saneamento. Só neste ano, o total de subsídios embutidos nas contas de luz vai atingir R\$ 19,6 bilhões.

O texto não deixa claro sobre como a conta será paga. O projeto de lei define que as diretrizes serão definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em até seis meses e calculadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As taxas, no entanto, deverão descontar os “benefícios” que a geração distribuída traz ao sistema elétrico.

Atualmente, os subsídios cruzados dos usuários que produzem a própria energia são pagos pelos consumidores, mas por meio dos reajustes e revisões tarifárias das distribuidoras. Neste modelo, as empresas “carregam” esses custos por meses até que a tarifa seja elevada e cubra esses gastos. Pela alteração proposta no PL, as distribuidoras serão compensadas mês a mês por essas despesas. Apesar do apoio do

DEM, o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) foi contra a proposta. “Não consigo concordar com o subsídio cruzado até 2045, transferindo renda da conta de luz do mais pobre ao mais rico”. “Somos a favor desse projeto porque ele cria a possibilidade de ampliarmos a energia solar na matriz energética através da geração distribuída. Ele (relator) encontrou uma solução dentro do sistema energético brasileiro para que possa ser ampliado”, afirmou o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

A revisão das normas para a geração distribuída se arrasta desde 2019, quando a Aneel apresentou uma proposta para rever a resolução que criou um incentivo para o setor. Em 2015, o órgão regulador ampliou o alcance da medida e incluiu a modalidade de geração distribuída remota – as fazendas solares. Com o aumento do custo da energia bem acima da inflação nos últimos anos e os custos mais baixos dos equipamentos e do crédito, a geração distribuída atingiu crescimento exponencial.

Classes D e E têm 64% das casas com internet

Broadcast

O brasileiro ficou mais conectado entre os anos de 2020 e 2021, indicou a pesquisa anual TIC Domicílios, divulgada. No último ano, o acesso à internet no País chegou a 83% da população, com aumento da presença das classes C, D e E – o crescimento nessas faixas de renda foi de mais de 10%. O estudo é realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Informação (Cetic.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR).

Apesar do aumento do acesso, navegar na internet não significou ter um computador em casa. A pesquisa revela que apenas 50% das pessoas de classe C possuem o dispositivo, enquanto nas classes D e E o número cai para 13%. Porém, o estudo estima um avanço no uso desses aparelhos, que encaravam índices menores em 2020.

A maior parte do acesso foi feita via internet banda larga instalada nos lares brasileiros – 69% da população utilizam esse serviço. Isso porque o oferecimento da tecnologia de fibra óptica pelas provedoras de internet também teve um aumento, refletindo diretamente no uso da conexão em casa. A internet móvel, por sua vez, viu queda: de 27%, em 2020, passou para 22% do total de acesso pelos usuários.

A pesquisa também apontou mudanças nos dispositivos de acesso à internet. Ao passo que o telefone celular ainda ocupa o topo, com 99% das pessoas navegando pelo smartphone, pela primeira vez os aparelhos de televisão superaram o acesso pelos computadores no Brasil. Na briga, as Smarttvs já aparecem como preferência: o acesso por elas passou para 47%, enquanto os computadores ficaram com 42% do total. A pesquisa abordou o uso da rede de acordo com a área de acesso e confirmou que os municípios e bairros rurais ainda enfrentam dificuldades em garantir internet para os moradores – os números, porém, vêm aumentando gradualmente ano a ano. No total, 70% da zona rural já possui algum tipo de acesso à rede, enquanto na zona urbana o número alcança o patamar de 83%. “Os resultados mostram a resiliência da rede em meio à pandemia”, aponta Alexandre Barbosa, gerente do Cetic.br.

‘Feirão’ de campos da Petrobras pode acabar neste ano

Broadcast

O grande “feirão” de campos produtores de petróleo e gás da Petrobras tem data marcada para acabar: 31 de dezembro de 2021, segundo determinação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nos últimos anos, empresas petrolíferas de médio porte ganharam musculatura ao adquirir ativos da estatal. Mas, a partir de 2022, vão precisar buscar outra estratégia. Outra mudança esperada é o surgimento de um mercado secundário, de sobra de ativos adquiridos da estatal pelas independentes, mas considerados menos adequados à estratégia desses negócios.

A Petrobras intensificou o programa de desinvestimento de concessões a partir de 2016, quando colocou a reorganização das suas finanças no centro das preocupações e passou a se concentrar no pré-sal. Dezenas de campos produtores em terra e águas rasas foram colocados à venda, além de áreas exploratórias, ainda sem descobertas. A maioria delas está localizada na região Nordeste do País. Parte desse esforço de desinvestimento partiu também da ANP, que exigiu da Petrobras um posicionamento sobre 183 campos paralisados, sem decisão de investimento. A reguladora deu à empresa a opção de reter alguns deles ou de devolvê-los. A estatal

decidiu, então, retomar o investimento em alguns, devolver outros e vender o restante. O prazo para se desfazer das últimas áreas termina no dia 31 de dezembro.

O prazo inicial de devolução se esgotou, na verdade, no fim do ano passado. Mas a companhia argumentou à ANP, na época, que estava com dificuldade de concluir as negociações e conseguiu estender o prazo por mais um ano. Procurada, a agência não se manifestou se irá prorrogar a data mais uma vez. Atualmente, a Petrobras tem seis ativos de exploração e produção de óleo e gás à venda. Apenas um deles – o do campo de Marlim, na Bacia de Campos (RJ) – está em fase final de licitação. Os demais entraram em fase vinculante, de negociação direta com os interessados. O mercado de campos da Petrobras tem atraído petrolíferas independentes com foco em áreas que não exigem esforço de exploração e, por isso, não impõem ao investidor o risco de colocar dinheiro para perfurar um poço e não encontrar nada.

Boa parte dessas áreas é madura, ou seja, já está em fase de declínio da produção. Para prolongar a vida útil dessas concessões, as independentes só precisam investir em tecnologias de recuperação, além de construir um plano de redução de custo, como faz toda petrolífera.

Essa tem sido a estratégia adotada por petrolíferas independentes que despontaram no mercado brasileiro recentemente. É o caso de Petrório, Enauta, 3R Petroleum, Petrorecôncavo, Trident, Perenco, Origem, Imetame e Petro-victory. Esses negócios se diferenciam em tamanho e caixa, o que interfere na qualidade dos ativos dos seus interesses. As maiores costumam apostar em águas rasas e as menores, em terra. Esse grupo de empresas compartilha, no entanto, o apetite por uma fatia do mercado que antes estava nas mãos das gigantes do segmento. Mauro Destri, diretor de Óleo e Gás da consultoria Alvarez & Marsal, ressalta que a produção em concessões não operadas pela Petrobras em bacias maduras saltou de 4,7 mil barris de óleo equivalentes ao dia (boe/dia), em junho de 2016, para 23,4 mil boe/dia em igual mês deste ano. Os dados são do último boletim de produção divulgado pela ANP.

“Hoje, estamos todos ansiosos com os desinvestimentos dos campos de Albacora e Albacora Leste, polos terrestres na Bahia, Sergipe, Alagoas e Potiguar (Mar e Terra)”, afirmou.

Alguns investidores questionam, no entanto, se a Petrobras vai conseguir concluir a venda dos ativos ainda neste ano. “São processos complexos e, como são poucas as informações oficiais, especulase que dificilmente serão encerrados ainda este ano, apesar do prazo estabelecido pela ANP e dos sucessivos adiamentos”, diz Anabal Santos Júnior, diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip).

Ele acredita que, concluídos os desinvestimentos da Petrobras, os investidores devem recorrer ao leilão de oferta permanente de áreas para exploração, promovida pela ANP, no qual são oferecidas áreas que ficaram sem oferta em licitações passadas ou foram devolvidas. Para as empresas que focam exclusivamente em campos produtores, a melhor saída será a compra de ativos de outras petrolíferas, além da Petrobras.

A Petrório, por exemplo, diz que o seu crescimento não está condicionado às vendas da estatal. De acordo com Emiliano Fernandes, diretor de recursos humanos, regulação e jurídico da Petrório, a empresa não comprou muitos ativos da estatal.

Mercado Pago simplifica pedidos de empréstimo

O Estado de S. Paulo

O Mercado Pago, fintech do Mercado Livre, quer ampliar a oferta de crédito e começou a oferecer a possibilidade de os clientes solicitarem empréstimos por meio da plataforma. O negócio começou a operar nos últimos dias e será fundamental para a companhia aumentar a sua carteira de crédito e trazer mais vendedores para o seu ecossistema financeiro. Até agora, a empresa já emprestou mais de R\$ 3,2 bilhões para os seus clientes.

Anteriormente, o Mercado Pago apenas concedia empréstimos para aqueles que já tinham algum tipo de crédito pré-aprovado pela empresa. Agora, qualquer cliente pode solicitar crédito. A companhia promete uma resposta ao cliente em até dois dias.

“É uma mudança importante que vai trazer mais gente para as nossas plataformas”, diz Túlio Oliveira, vice-presidente do Mercado Pago. Essa nova estratégia vem na hora que o open banking começa a dar os seus primeiros passos. Afinal, os

consumidores podem compartilhar os seus dados cadastrais e transações entre instituições financeiras.

Isso faz com que outros bancos e instituições financeiras como o Mercado Pago possam analisar mais informações e ter mais noção do risco de emprestar dinheiro para uma determinada pessoa – e competir entre si, o que deve trazer uma redução dos juros no futuro.

Com a entrada em “mar aberto”, o Mercado Livre também deve ver o valor de empréstimos aumentar. Segundo Oliveira, a empresa não tem limitação de crédito e está bem capitalizada para se aventurar mais nesse segmento. Em janeiro deste ano, por exemplo, a companhia captou R\$ 1 bilhão por meio de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC). “Estamos captando para crescer de maneira consistente, mas com o pé no chão”, diz.

O Mercado Pago deu um salto nos últimos meses e esses números estão expressos no balanço do Mercado Livre. No segundo trimestre deste ano, a fintech passou a responder por quase 35% da receita do marketplace no País. Esse crescimento vem dos valores transacionados pela plataforma de pagamentos – que chegou a US\$ 17,5 bilhões. Fora do Mercado Livre, o valor alcançou US\$ 10,3 bilhões. Ainda de acordo com o balanço, o Mercado Pago alcançou 8,3 milhões de vendedores únicos da fintech. “O Mercado Livre caminha na mesma direção de outras empresas como Amazon e Alibaba para se tornar uma holding completa de serviços financeiros e com a atual geração de caixa, pode tomar risco no crédito”, afirma Virgílio Lage, especialista da Valor Investimentos.

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;
Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços*	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até Junho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	4,76
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	6,08
INPC	-	4,48	5,45	5,01
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: (*) Ainda está com relação a maio.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contrações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contrações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.162	33.694	7.468
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.409	66.686	18.723
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.756	104.338	16.418
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.304	131.844	19.460
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	182.982	159.443	23.539
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.027	187.771	33.256
JAN-IJUL	184.006	226.325	-42.319			
JAN-AGO	218.893	249.950	-31.057			
JAN-SET	256.906	275.920	-19.014			
JAN-OUT	300.857	304.054	-3.197			
JAN-NOV	341.518	329.960	11.558			
JAN-DEZ	372.189	358.139	14.050			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.